

Ana Paula Laborinho é a nova Presidente do IC

A professora universitária Ana Paula Laborinho tomou posse a 11 de Janeiro, em Lisboa, como Presidente do Instituto Camões (IC), numa cerimónia em que o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, afirmou que a reestruturação iniciada em 2009 aponta um «novo modelo» para a instituição, «eventualmente a caminho de uma fundação». O responsável ministerial pela política externa portuguesa acrescentou que «é essa a perspectiva que está implícita à definição da autonomia financeira do Instituto», consagrada na nova lei orgânica do IC, promulgada em 2009 e que entrou em vigor a 1 de Janeiro, «quando neste momento as receitas próprias do Instituto são tão limitadas». Na cerimónia, a que assistiu o secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Pedro Lourtie, e os antigos presidentes do IC Simonetta Luz Afonso e Jorge Couto, Luís Amado revelou que o orçamento do Instituto para este ano será de aproximadamente 47 milhões de euros, mais 32 milhões que em 2009, em razão das suas novas competências no ensino de Português no estrangeiro.

«A circunstância de, com dificuldade, as Finanças terem quebrado uma ortodoxia natural na definição destes estatutos orgânicos [...], e aceite que o Instituto tenha autonomia administrativa e financeira, insere-se nessa visão ambiciosa que temos para que, passo a passo, o Instituto possa, no horizonte dos próximos três-quatro anos, assumir-se como uma instituição com muito mais músculo do ponto de vista institucional e, naturalmente, financeiro para poder fazer face aos objectivos muito exigentes que tem que realizar».

Luís Amado colocou aquilo que também descreveu como «novo paradigma institucional» para o IC no contexto da nova lei orgânica que, pela primeira vez, possibilita a vários sectores da administração pública «influenciarem o desenvolvimento da programação e do planeamento estratégico» da instituição, através da participação num conselho, com representantes dos ministérios da Cultura, da Educação, da Ciência e Ensino Superior, bem como dos ministérios que tutelam a comunicação social.

«Parece-me absolutamente indispensável que o Instituto possa fazer esta acção de planeamento com a co-responsabilidade de outros sectores que, directa ou indirectamente, acabam por ser chamados à acção de realizar objectivos que são também deles», declarou o ministro dos Negócios Estrangeiros, que admitiu ter sido «um tanto ou quanto tensa» a forma como até aqui esses sectores encararam a sua relação com o IC.

No seu discurso, após a assinatura do termo de posse e a intervenção do ministro Luís Amado, a nova Presidente do Instituto Camões considerou que a nova lei orgânica veio «clarificar o envolvimento dos parceiros públicos relevantes, de modo a conseguir maior e melhor articulação dos vários ministérios na prossecução de uma política linguística do Governo português».

«Mas neste envolvimento – disse – perfilam-se outros parceiros, que vão dos mais óbvios, que estão no terreno, e trabalham no domínio da língua e da cultura portuguesas, aos parceiros do mundo empresarial, que compreendem

a importância da expressão ‘negócios em português’ e reconhecem a importância de uma política de internacionalização da língua e da cultura, a par dos seus objectivos de mercados mais globais».

«Gostaria de sublinhar este traço que será uma das minhas opções de actuação: a questão da língua, sendo uma competência do Estado, deve envolver os vários parceiros públicos e privados», sublinhou Ana Paula Laborinho. Antes, o ministro dos Negócios Estrangeiros identificara a língua portuguesa como um dos factores identitários e diferenciadores de Portugal no mundo. «Uma nação como a nação portuguesa e um Estado, como o Estado português, com a leitura histórica que dele

fazemos, têm em torno da sua língua e da sua cultura um factor incontornável para a afirmação dos seus interesses no mundo que aí vem. O país precisa de se internacionalizar», sustentou.

A internacionalização «em todas as frentes» compreende, segundo Luís Amado, «a vertente da acção política e diplomática, mas também, e sobretudo, a vertente cultural e a projecção da língua com a vocação estruturante nas nossas relações internacionais como é uma língua como a portuguesa», cabendo aqui um papel «determinante» ao IC.

A «estratégia para a afirmação do português no sistema internacional», aprovada pela resolução 188 de Novembro de 2008 do Conselho de

Ministros – por Luís Amado considerada «o primeiro esforço» para concertar perspectivas e iniciativas dos diferentes sectores do Estado na política da língua –, definiu quatro objectivos enunciados pelo ministro: «a criação de uma rede qualificada de ensino do Português»; o apoio de Portugal à «expansão do sistema de educação e de ensino nos países de língua oficial portuguesa, em particular em África»; a «valorização do português nos meios de comunicação que têm expressão global»; e a adopção do português como língua de trabalho nas organizações internacionais.

Para dar corpo a essa estratégia, «os dois instrumentos fundamentais» foram a «reestruturação do IC» e a «criação do Fundo da Língua Portuguesa», anunciou o ministro, sublinhando que «a partir de agora o IC reorienta-se com um horizonte de perspectivas completamente diferente, sobretudo em tudo o que tem que ver com o ensino da língua e com a criação de uma rede qualificada de ensino do Português, que vai muito para além daquilo que tem sido a competência» do Instituto.

Sinal desse alargamento de competências está a passagem do orçamento do IC de cerca de 15 milhões de euros em 2009 para 47 milhões em 2010, «precisamente porque integra – não quer dizer que tenha mais recursos do que aqueles que tinha – um conjunto de competências que têm a ver com os sectores pré-escolar, até ao sector superior», explicou o ministro.

Luís Amado afirmou caber agora a Ana Paula Laborinho, «com a autoridade que lhe advém do seu currículo, do seu conhecimento do sector, da sua experiência no sector educativo, incluindo no sector secundário, e também da participação em todo o processo de reflexão sobre a actividade do IC e sobre a promoção e os objectivos associados à língua portuguesa ao longo dos últimos anos [...] dar um passo muito importante na afirmação do Instituto no sistema institucional e político português».

Ana Paula Laborinho que, na sua intervenção começou por evocar o «importante instrumento de orientação» que constitui a resolução do Conselho de Ministros de final de 2008, afirmou não entender o novo quadro legal do IC como «mais uma reorganização institucional», mas antes decorrente do «renovado entendimento do lugar da língua», na conjuntura internacional «em que as comunicações são parte essencial do nosso quotidiano e a nossa condição global se afirma em todos os domínios da acção e do pensamento».

Neste quadro, a opção pelo português, se tem razões históricas, «de herança e de pertença», tem também «razões de presente», que devem ser invocadas e inculcadas «na definição de uma política de língua para o português».

«Não são apenas os laços culturais que nos ligam a países de vários continentes. Mas também as relações económicas e políticas que se perfilam no quadro das relações internacionais neste dealbar do século XXI», declarou.

«É neste quadro mais alargado que devemos entender a língua como capital estratégico e recurso ímpar que temos de promover em atitude de parceria e envolvimento dos muitos actores que partilham responsabilidades e empenhamento na afirmação do português como língua internacional», sintetizou a nova Presidente do IC.



FOTO DE MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

Ana Paula Martins Laborinho, nascida em 26 de Abril de 1957, é professora auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Bacharel em Filologia Românica (1978), licenciada em Filologia Românica (1981), mestre em Literatura Francesa (1987) e Doutorada em Estudos Literários (2007) pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

De 1976 a 1982, foi docente do ensino secundário. Desde 1982, é docente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Em 1988, foi requisitada à República pelo Governo de Macau para exercer funções no Instituto Cultural de Macau, onde coordenou os Leitorados de Português do Oriente; dirigiu o Departamento de Formação e Investigação e instalou os Serviços Culturais das Embaixadas de Portugal em Nova Delhi, Bangkok, Pequim, Seul e Tóquio.

Em 1989, integrou a comissão instaladora do Instituto Português do Oriente (IPOR), instituição encarregada de promover a língua e a cultura portuguesas da Índia ao Japão. De 1989 a 1992, exerceu funções no Departamento de Estudos Portugueses da Universidade de Macau, onde integrou a respectiva comissão directiva, coordenou

a variante de Literatura do Mestrado em Estudos Luso-Asiáticos, leccionou cadeiras no âmbito do mesmo mestrado e do programa de licenciatura, assim como diversos níveis de Língua Portuguesa.

Em 1995, foi requisitada à Faculdade de Letras de Lisboa para exercer funções como assessora do Gabinete do Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura do Governo de Macau.

De 1996 a 2002, exerceu funções como presidente da direcção do Instituto Português do Oriente (IPOR), tendo assegurado o período da transferência de administração de Macau de Portugal para a República Popular da China.

Desde 2007, integra o Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Lisboa, onde coordena a linha de investigação Orientalismo Português.

Integrou diversas comissões pedagógicas do Departamento de Literatura da Faculdade de Letras, bem como a respectiva comissão executiva.

De 2007 a 2008, integrou o grupo de trabalho, presidido pelo Prof. Doutor Carlos Reis, responsável pelo relatório *A internacionalização da língua portuguesa. Para uma política articulada de promoção e difusão*.

Entrevista com Ana Paula Laborinho

Intenção é reforçar e qualificar a rede de ensino português no exterior

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, no discurso que proferiu na sua tomada de posse, disse que a reestruturação iniciada em 2009 aponta para «um novo modelo» institucional para o IC. De que é que estamos a falar em concreto?

Começaria por dizer que o caminho se faz caminhando, como dizia o poeta António Machado. Julgo que ainda estamos um pouco longe desse modelo, porque temos muitas etapas antes para percorrer.

E a primeira etapa é, naturalmente, consolidar esta nova fase de competências do Instituto Camões (IC), que não consiste em mais uma reestruturação orgânica – e isso sublinhei e foi sublinhado na minha tomada de posse pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros –, mas representa uma percepção do valor da Língua Portuguesa (LP) e da necessidade de uma coordenação que passe, precisamente, por articular as intervenções nos vários níveis dos sistemas de ensino. E isso parece-me que é um caminho que tem uma história, que pode parecer difícil, mas é importante percorrer em todas as suas modalidades e, estamos certos, também será importante para as comunidades.

Há muitas vezes a ideia de que este processo de internacionalização da língua é prejudicial às comunidades. Pensamos que é exactamente o contrário. Não pretendemos descontinuar nada do que existe – e este é um aspecto que importa sublinhar. Sabemos que há muitos avanços na integração do português nos sistemas curriculares dos vários países – processos mais avançados, processos menos avançados. Mas sabemos também que, em muitos casos, continua a funcionar o sistema paralelo, quer dizer, cursos que não estão integrados nos sistemas, e ainda as escolas comunitárias. Temos bem a noção de que há diferentes andamentos e não desejamos criar uma situação de ruptura, que crie dificuldades ao que já existe no terreno.

Pelo contrário, a nossa intenção é reforçar esta rede, no sentido da sua qualificação – a qualificação dos professores, a qualificação da oferta – e também conseguir que o português não seja apenas visto como língua identitária, mas também se transforme numa mais-valia e ferramenta de trabalho útil para os filhos das comunidades portuguesas.

O que é que isto quer dizer? Sabemos que a importância das várias línguas neste processo de globalização. As línguas têm um papel fundamental, porque é aquilo que nos permite comunicar uns com os outros, nesta cada vez maior circulação que fazemos no mundo. Nascemos num lugar, vivemos noutra, trabalhamos num terceiro e, se calhar, morremos ainda num outro. Portanto, hoje em dia, a nossa mobilidade é condição essencial e, para que ela seja possível, numa busca final das melhores oportunidades, temos que falar várias línguas.

Queremos colocar a LP como uma língua que crie oportunidades e seja instrumental nesta circulação e neste movimento global. E é essa a nossa aposta. Importa também dizer às comunidades que a LP não é apenas uma língua de ligação ao espaço das suas origens, mas representa um valor acrescentado, tendo em conta a importância da LP no contexto das várias línguas.

E é muito importante esta afirmação das diásporas – aliás, teve lugar a reunião preparatória da conferência que ocorrerá nos últimos dias de Março e precede um importante encontro governamental ao nível dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP, que se realizará em Brasília, a 1 de Abril. Ora, um dos temas



FOTO DE MANUEL DE ALMEIDA/LUSA

“A primeira etapa é, naturalmente, consolidar esta nova fase de competências do Instituto Camões.”

que quisemos introduzir foi precisamente o das diásporas. A diáspora não é só a portuguesa, outros países da CPLP – Cabo Verde, Angola, Brasil – têm as suas próprias diásporas. Daí esta nossa preocupação com a LP num contexto que seja cada vez mais internacional.

A provar a valia da LP foi encomendado um estudo sobre o seu valor económico, que nos vai dotar de uma percepção da capacidade de intervenção e da sua mais-valia nos mercados. Esta questão da mais-valia nos mercados é visível através do interesse que a China tem manifestado em relação ao português – e agora passamos para uma outra questão – como forma, naturalmente, de aceder aos mercados de LP. É esta dimensão que também queremos valorizar: que a LP possa ser um instrumento de identidade e uma língua

“A nossa intenção é reforçar esta rede [de ensino português], no sentido da sua qualificação – a qualificação dos professores, a qualificação da oferta – e também conseguir que o Português [...] se transforme numa mais-valia e ferramenta de trabalho útil para os filhos das comunidades portuguesas.”

de cultura, mas também uma mais-valia nesta circulação global que os novos desafios do mundo nos propõem.

Na estratégia internacional em relação à LP tem sido muito falada a promoção do português nas organizações internacionais. Qual vai ser o papel do IC?

Nesse aspecto – e mais uma vez refiro a conferência de Brasília – pretendemos trabalhar no âmbito da CPLP. O IC tem um trabalho prévio e ele expressa-se por uma preocupação de instalar leitorados junto das sedes das organizações internacionais, que possam ser também unidades

de apoio, nomeadamente no desenvolvimento de competências ao nível de tradução e de interpretação. O IC tem investido muito nesta vertente da formação e do apoio à formação de tradutores/intérpretes, porque ela é essencial quando pretendemos afirmar o português como língua de trabalho nas organizações internacionais. Há um caminho que tem vindo a ser percorrido, de preparação, de apoio, de protocolar com instituições essa formação e apoiá-las, mas agora estamos num novo momento em que estes domínios devem cada vez mais ser trabalhados e pensados ao nível da CPLP. E devo dizer que esse é um dos tópicos essenciais, que aliás decorre da declaração da Praia, no âmbito da reunião que decorreu em 2009.

Uma das nossas maiores preocupações é ter a LP como língua de trabalho, tendo em conta o peso que os países da CPLP representam nas organizações internacionais. Sabemos que, em muitas organizações internacionais de base africana, essa é já uma realidade – naturalmente também na União Europeia –, mas temos que avançar ainda para outros objectivos mais exigentes. Estamos a trabalhar intensamente, mas só na base de uma concertação da CPLP é que atingiremos o objectivo de introduzir a LP nas Nações Unidas. É preciso, contudo, termos a noção de que este objectivo tem custos, para a estrutura das Nações Unidas, o que também tem que ser acautelado e considerado quando estamos a fazer as nossas propostas. Também por essa razão reafirmo que só no âmbito da CPLP vai ser possível concretizar aquilo que é um sonho legítimo dos seus países membros.

É sabido que é defensora do novo Acordo Ortográfico (AO). Qual a sua importância para a política da língua do IC? Quando é que o IC o vai aplicar na sua actividade?

Mais uma vez remeterei para a conferência que vai decorrer em Brasília. Ela desenvolve-se em torno de três tópicos essenciais: um deles é a LP nas organizações internacionais, um outro é o AO e um terceiro é o ensino da LP em todas as suas vertentes, incluindo a diáspora. No caso do AO estamos também a trabalhar. Há um conjunto de instrumentos que têm vindo a ser preparados, como o Vocabulário Ortográfico

e que são essenciais. Mais uma vez é necessário encontrar soluções articuladas no âmbito da CPLP. Internamente existe um prazo alargado para a aplicação do AO.

Externamente, queremos que, tão cedo quanto possível, e desejavelmente ainda no decorrer de 2010, possamos reunir as condições para que o ensino português no estrangeiro possa aplicar o AO. No Brasil, eles já avançaram bastante. Outros países da CPLP têm afirmado nesse âmbito que estão também a avançar. É garantido é que os estão a dar. Do nosso lado tem havido passos significativos no domínio da comunicação social. Aguardamos mais instrumentos operacionais que possam resolver dúvidas que ainda persistem relativamente à aplicação do AO.

Há quem defenda que o IC deveria seguir um modelo semelhante ao do Instituto Cervantes, como escola de língua, independente dos sistemas de ensino nos países em que está presente...

Esse modelo já o temos no IC e é desejável que o venhamos a incrementar. Temos vindo a criar, a pouco e pouco, em parceria ou autonomamente, algumas escolas de línguas. Claro que algumas delas têm estado a funcionar junto das embaixadas ou dos consulados, mas consideramos que nesta estratégia de internacionalização é também importante a oferta de cursos que possam ser creditados, como outros institutos fazem, mas que seja uma oferta para um público mais vasto e não apenas para um público escolar. Essa é uma aposta que me parece crucial e que vamos ter que desenvolver formas de a viabilizar. Há muita procura desses cursos extra-curriculares. Em muitos casos, eles são auto-sustentáveis.

“Só no âmbito da CPLP vai ser possível concretizar aquilo que é um sonho legítimo dos seus países membros [a introdução do português nas Nações Unidas].”

Não vamos, contudo, iludir a questão – não há dinheiro para tudo e, por isso, é essencial que esses cursos sejam auto-sustentados pelo que a sua abertura terá também de obedecer a estudos de mercado. Mas temos de facto a intenção de alargar a oferta de cursos extracurriculares e para fins específicos.

Há meios e recursos suficientes para a transição do ensino português no estrangeiro do Ministério da Educação (ME) para o IC?

Essa foi uma das exigências feitas, e muito bem, pela minha antecessora: a de que os meios também viessem a acompanhar esta transferência. Os recursos financeiros, que no ME estavam adstritos ao Ensino Português no Estrangeiro (EPE) foram transferidos para o IC. Também houve uma preocupação muito grande de evitar situações de ruptura ao nível dos procedimentos e, assim, passaram igualmente para o IC os recursos humanos do ME ligados a esta área de actividade, o que permitirá que beneficiemos da sua experiência, do seu conhecimento da rede. Claro que o objectivo final é a plena integração numa rede comum. Esta transferência inclui, quer técnicos quer administrativos, que irão ficar afectos aos quadros do IC.

Uma das fontes de possível financiamento para o próprio IC é o Fundo da Língua Portuguesa (FLP). Falou-se que o Fundo teria, eventualmente, uma maior participação do IC na sua gestão. Isso confirma-se?

É intenção do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros que assim seja e que nós consigamos operacionalizar essa maior utilização do FLP em benefício da LP.

O FLP está também consignado ao desenvolvimento e encontra-se neste momento no âmbito de intervenção do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Já tive ocasião de me reunir com o Senhor Presidente do IPAD e articularemos as novas acções. Neste momento, o Fundo já está a suportar custos, por exemplo, com o ensino do português em Timor-Leste num projecto conjunto com o IC. Alargaremos essa colaboração em prol da língua e do apoio ao desenvolvimento.

No seu discurso de tomada de posse falou do desenvolvimento de parcerias com entidades públicas privadas. Acha que é mesmo possível atrair as empresas às questões da língua e da cultura portuguesas?

Estou absolutamente convicta disso. Acho que, muitas vezes, essas empresas têm uma percepção ainda mais nítida das vantagens que podem ter de acompanhar uma estratégia de língua e cultura portuguesas. Posso dar-lhe um exemplo que acompanhei...

Eu tive um exemplo... Claro que é um caso particular, de empresas que se envolveram num projecto que também era político, pois tratava-se de

“*Externamente, queremos que, tão cedo quanto possível, e desejavelmente ainda no decorrer de 2010, possamos reunir as condições para que o ensino português no estrangeiro possa aplicar o Acordo Ortográfico.*”

Macau, e de uma intervenção numa área geográfica bastante alargada e com potencial económico. Estou a falar do projecto do Instituto Português do Oriente (IPOR) que, entretanto, já sofreu reformulações e teremos de reavaliar também nesta perspectiva de uma mais-valia do envolvimento dos parceiros da área empresarial.

A minha experiência é de que esses parceiros percebiam com grande acuidade que a língua e a cultura podem ser facilitadores de outros contactos económicos. Até encontrei o caso de um empresário que tomou a iniciativa de nos contactar. Na altura, estava a financiar, do seu próprio bolso, e a apoiar cursos de português em Hanói. E foi através dele que construímos uma aproximação que conduziu a uma licenciatura em Estudos Portugueses na Universidade de Hanói.

Sei que estamos em tempo de crise económica, mas também de novas apostas. Além disso, hoje em dia, as novas ideias sobre aquilo que se chama a 'economia criativa' e as 'economias da cultura' fazem-nos perceber que economia e cultura são parceiros, não são adversários. Por isso mesmo, estou convicta de que se compreenderá, até pela importância que a criatividade tem no mundo de hoje, que a cultura, as várias expressões artísticas são essenciais, não apenas como imagem de um país, mas também como forma, outra, de diálogo entre culturas.

Nos últimos anos, o IC privilegiou uma imagem cultural de contemporaneidade. Como é que será possível conciliar isso também com alguma revisitación da memória histórica. Como é que isso será articulado?

Estamos à beira das comemorações dos 500 anos da chegada a vários pontos do sudeste asiático, além da celebração de tratados seculares com países da Ásia. Essa é uma memória importante. Já estamos, hoje em dia, numa nova fase de entendimento destas questões do passado, em que percebemos que fomos também responsáveis por processos que tiveram custos para os vários países. Queremos ter uma visão positiva, sem nunca esquecer o contexto histórico em que essas situações aconteceram. As memórias têm lados

claros e lados escuros. Pretendemos sobretudo encontrar os vínculos que nos ligam a esses países. E são muitos. Queremos também mostrar que esta relação teve duas vias. O que é que isto quer dizer? Houve elementos que levámos e ficaram, e houve elementos que trouxemos. E é muito através desta ideia da troca, do que é que, afinal, de um lado e de outro, contribuiu para mudanças de mentalidade, para olhares muito

“*Hoje em dia, as novas ideias sobre aquilo que se chama a 'economia criativa' e as 'economias da cultura' fazem-nos perceber que economia e cultura são parceiros, não são adversários.*”

diferenciados sobre o outro, sobre a alteridade – é isto que temos de hoje em dia valorizar como o lado mais brilhante da memória. Não podemos dulcificar a História, nem o queremos. Temos consciência de que, de facto, houve práticas coloniais, mas também houve, nestas regiões da Ásia, muitos entendimentos, que deixaram marcas ainda presentes nas próprias culturas que estes povos valorizam.

É esta dimensão que vamos assinalar num ciclo comemorativo – comemorar é isso mesmo, lembrar em comum. Vamos valorizá-lo pelos dois lados e não apenas num.

Quanto à contemporaneidade, eu não deixo de reconhecer que é importante esse olhar, porque nós próprios queremos ser contemporâneos. E por isso, essa mostra da contemporaneidade será um traço, naturalmente, que teremos de articular com essa... não lhe chamaria revisitación, prefiro a ideia da comemoração enquanto memória comum.

- Por vezes lemos ou ouvimos que no IC 'não se faz nada...'. Há um défice de visibilidade da actividade do Instituto Camões?

- Muitas vezes não se tem a noção de todo o trabalho que o IC realiza e essa é uma das minhas maiores preocupações, dar maior visibilidade à casa: ao trabalho interno e ao trabalho externo. E

“*Nós usamos o dinheiro dos cidadãos e eu tenho muita consciência que é preciso devolver aos cidadãos a informação sobre aquilo em que é gasto o seu dinheiro.*”

também conseguir uma maior articulação com as embaixadas e representações culturais dos países com os quais cooperamos, por exemplo, abrindo as nossas portas às suas actividades.

Temos que pensar que uma política cultural tem de ter reciprocidade. E se nós queremos trabalhar com vários países, também temos que fazer aqui um trabalho de envolvimento desses países.

Mas, sobretudo, aquilo que me parece mais importante é tornar visível e dar a conhecer o extraordinário trabalho que esta instituição vem desenvolvendo há muitos anos. E também criar condições para que haja – e este aspecto é importante – mais investigação sobre a política externa, quer no domínio da língua quer no domínio da cultura. É preciso, de facto, fomentar e desenvolver a investigação e, para tal, ter uma acção sistemática de recolha de informação. A investigação pode, por um lado, servir como instrumento de planeamento da nossa acção e, por outro lado, também convencer o cidadão da importância desta área de intervenção. Nós usamos o dinheiro dos cidadãos e eu tenho muita consciência que é preciso devolver aos cidadãos a informação sobre aquilo em que é gasto o seu dinheiro.

Curso sobre Patrimónios de Influência Portuguesa

Cruzar perspectivas

Patrimónios de Influência Portuguesa é a designação do novo curso que o Instituto Camões (IC) coloca em linha na sua plataforma de ensino à distância, que neste 2º

semestre apresenta 15 opções de formação. O novo curso parte do cruzamento de duas perspectivas sobre esses patrimónios de influência portuguesa: a dos espaços e cidades tocados ou criados pela expansão colonial portuguesa e a das leituras que é possível fazer desses espaços e cidades, a partir da literatura, dos discursos e das narrativas. Duas perspectivas de que são responsáveis, respectivamente, os dois coordenadores do curso, Walter Rossa (arquitecto) e Margarida Calafate Ribeiro, ambos docentes e investigadores do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), entidade com a qual o IC tem um protocolo de cooperação nos termos do qual o centro de investigação gere cientificamente o programa, em articulação com o coordenador do ensino à distância do IC, Rui Vaz.

O curso apresenta também uma outra especificidade: «tal como no CES, o curso *Patrimónios de Influência Portuguesa* congrega domínios disciplinares tão diversos quanto a arquitectura e o urbanismo, a história, a sociologia, a literatura e os estudos culturais», afirmam os seus coordenadores.

Essa transdisciplinaridade assumida está espelhada nas temáticas abordadas pelos cinco docentes do curso. Walter Rossa e Renata Araújo, também arquitecta e professora das universidades do Algarve e Nova de Lisboa, coordenam os dois módulos dedicados ao estudo dos *Processos e formas da expansão colonial portuguesa*, em que abordarão «aspectos que vão da evolução e diversidade geográfica dos territórios, à arquitectura que os civiliza, passando pelas formas de ocupação, ordenamento e urbanização». Aqui, «a grande questão», diz Walter Rossa, é a seguinte: «será a espacialidade portuguesa mais perene que a própria língua? Existem locais e/ou regiões onde essa espacialidade permanece sem outras heranças portuguesas? Então o que é, em que consiste?».

Já Margarida Calafate Ribeiro parte «das literaturas e de outras tipologias do escrito, expressas no grande património comum que é a língua portuguesa» – nos dois módulos que coordena intitulados *Patrimónios da palavra: narrativas, discursos e literatura em Língua Portuguesa* –, «tendo em mente o conceito da cidade como texto e o de palimpsesto textual», para analisar a partir de fontes escritas «a cidade/capital, espaço colonial; a cidade, espaço de resistência; a cidade como espaço fundador da nova nação». «Este objectivo cumprir-se-á pela análise interdisciplinar do projecto colonial e da maneira como a literatura capta ou coloca sob suspeita os planos urbanos e arquitectónicos», afirma a investigadora do CES, também

responsável pela cátedra *Eduardo Lourenço* na Universidade de Bolonha, Itália.

«Para tornar esta análise mais polifónica, e contemporaneamente crítica, proceder-se-á também a entrevistas seleccionadas de alguns dos actores destas construções reais e fictícias», acrescentam os coordenadores do curso. As gravações destes depoimentos que procurarão definir o que é Património serão apresentadas no módulo introdutório elaborado pelos dois coordenadores do curso.

A António Sousa Ribeiro, catedrático da Faculdade de Letras da UC, investigador do CES e outro dos docentes do curso, caberá abordar num módulo a *Teoria da cultura e conceitos de memória*. E Paulo Peixoto, sociólogo, professor da Faculdade de Economia da UC e investigador do CES, focará num outro módulo o conceito de *Património* a partir das doutrinas, conceitos e processos de patrimonialização.

Cada docente fará a gestão científica e pedagógica do seu módulo, sendo a apreciação dos formandos e de avaliação do curso feita em reuniões gerais. O curso durará 4 meses, prevendo-se um total de 168 horas de trabalho por parte dos formandos, entre actividade autónoma, para leitura de textos e reflexão sobre as matérias neles versadas, apoio à distância através de tutoria síncrona, participação assíncrona em fóruns de discussão e de elaboração de trabalhos e/ou testes.

Segundo os coordenadores, o curso surgiu a partir de um projecto de investigação sobre Cidades Coloniais que se candidatou sem sucesso a financiamento junto da Fundação para a Ciência e Tecnologia. O projecto, «muito interessante e inovador», com a participação de estudiosos angolanos e moçambicanos, focava Luanda e Maputo. José Luandino Vieira, um dos consultores do projecto, aconselhou a integração da Cidade Velha, em Cabo Verde, mas na altura não isso foi possível, relatam os dois investigadores do CES que, entretanto, «em paralelo e com muito maior profundidade», desenvolveram também «um projecto de curso de doutoramento que, após a aprovação de todas as instâncias da UC, aguarda agora a acreditação final» pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Foi com o projecto apresentado à FCT que «começou o diálogo entre a literatura, as narrativas e o espaço da cidade em diálogo com a história, a arquitectura e o urbanismo que deu origem a este curso», explicam os coordenadores.

Nó panorama europeu de oferta de programas de ensino, os estudos de património começam a marcar presença, particularmente nas áreas dos estudos culturais, história da arte e arquitectura, dizem. «Mas não há exemplos de formações construídas numa base interdisciplinar, como é o caso do *Patrimónios*, que apresenta uma simbiose entre as ciências sociais e humanas conjugando a Arquitectura, os Estudos Culturais, os Estudos Literários, a História, a Antropologia e a Sociologia».

Patrimónios

A dimensão cultural da influência portuguesa no mundo é mais vasta que as dimensões geo-políticas que o Império teve. Os portugueses foram bem além dele, o que produziu transculturalidades intensas e difusas, celebradas e ocultas, ostensivas e sensíveis. Transculturalidades que o pós-colonialismo vai fragmentadamente absorvendo. É para catalisar o desenvolvimento e a integração do Conhecimento sobre tudo isso que criamos o Programa. O seu espaço geográfico vai de Nagasaki ao Rio da Prata, de Newark a Timor e, no tempo, da Reconquista Cristã à integração de Macau na China.

Patrimónios entendem-se assim como construção, herança e pertença no plural e em sentido lato – formas e narrativas; sons que são ruído, fala e música; movimentos que são trabalho, dança e representação; cheiros; memórias; ambientes e atmosferas. Influência, nos diversos âmbitos e patamares da interculturalidade: formal e informal, administrativa ou espiritual, comercial ou migracional, colonial e pós-colonial.

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO
WALTER ROSSA

Angola distingue Centro Cultural de Luanda

O Centro Cultural Português/Instituto Camões (CCP/IC) de Luanda foi distinguido a 13 de Janeiro pelo governo angolano com o diploma de honra pelo seu papel na divulgação da cultura do país, uma distinção que o director do centro e adido cultural da Embaixada de Portugal em Angola, João Pignatelli, considera como trazendo-lhe uma «grande satisfação profissional» e pessoal, marcando a sua passagem por esse posto.

O diploma de honra atribuído por despacho, datado de 30 de Dezembro último, assinado pela ministra da Cultura de Angola, Rosa Cruz e Silva, é para João Pignatelli «o reconhecimento de um trabalho realizado ao longo dos últimos quatro anos e que se iniciou com a renovação da estrutura física do CCP/IC em Luanda, acompanhada por uma redefinição estratégica das actividades culturais e de um esforço para melhorar a qualidade dos nossos serviços em todas as áreas».

É também, segundo diz, o «resultado do esforço de toda uma equipa que se empenha diariamente para que a relação e a cooperação entre Portugal e Angola seja cada vez mais dinâmica e intensa também na área cultural».

O CCP/IC foi uma das duas únicas instituições estrangeiras (a outra foi a *Alliance Française* de Luanda) a ser abrangida pela distinção atribuída pelo Ministério da Cultura de Angola a diversos agentes culturais no Dia da Cultura Nacional, instituído em 1978. A distinção foi justificada pelo governo angolano pelo facto de o CCP/IC de Luanda «contribuir de forma significativa, pela sua acção, para a divulgação da cultura nacional angolana».

João Pignatelli divide as actividades do centro cultural em duas vertentes principais. «A primeira está ligada com o serviço que prestamos através da nossa biblioteca, que recebe por dia cerca de 350 visitantes e que está entre uma das mais visitadas em Angola». A segunda, diz, «tem a ver com o programa de actividades culturais e engloba a divulgação da cultura portuguesa, a divulgação da cultura angolana, a interacção entre as duas culturas e

as expressões culturais de outros países, em que se incluem os países da União Europeia» e os pertencentes à área da lusofonia.

O espaço do CCP/IC é um dos principais palcos de exposições e filmes da cidade de Luanda, por onde têm passado os nomes maiores da cultura angolana, desde a música à literatura, passando pela pintura, teatro, cinema e fotografia.

João Pignatelli resiste a destacar os principais eventos nestes últimos quatro anos. «Para mim, em termos gerais, uma actividade tem sucesso quando o artista que expõe ou escritor que divulga a sua obra no nosso espaço fica satisfeito; quando o público adere; e se houver patrocinador, quando este tem vontade de se associar novamente a um novo projecto. Posso assegurar que importantes intervenientes do meio cultural angolano e português passaram nos últimos tempos pelo nosso centro cultural», afirma o director do CCP/IC.

João Pignatelli é, desde 2005, Adido Cultural da Embaixada de Portugal e Director do Instituto Camões - Centro Cultural Português/Angola. Esteve durante 7 anos em São Paulo, Brasil, onde dirigiu as actividades do Pólo do Instituto Camões naquela cidade e Estado. É Licenciado em Gestão de Empresas e tem um Mestrado em *Marketing* no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Iniciou a sua carreira no sector financeiro, ao qual esteve ligado durante vários anos em Portugal.

Parcerias

O centro mantém «uma relação estreita com as instituições angolanas, nomeadamente com o Ministério de Cultura de Angola», sublinha João Pignatelli, que destaca ainda a ligação a «parceiros institucionais» da sociedade civil, «que variadíssimas vezes partilham connosco a organização das actividades». Em particular, Pignatelli fala da importância da obtenção de apoios privados, nomeadamente empresariais, possibilitada pelas ligações estabelecidas



em resultado da sua experiência pessoal e profissional. «Temos conseguido convencer esses parceiros privados da importância de apoiarem as actividades culturais», diz.

Em 2009, O CCP/IC acolheu, nomeadamente, importantes ciclos e exposições dedicadas ao escritor e artista plástico angolano Ruy Duarte de Carvalho, ao artista plástico português José de Guimarães, e, em eventos independentes, aos artistas plásticos angolanos Mário Tendinha e António Ole.

Outras iniciativas que tiveram em 2009 como palco o Centro Cultural Português ou em que este participou estiveram a exposição de fotografias do *World Press Photo* de 2009, um ciclo de cinema/documentário com origem na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o 2º Festival Internacional de Cinema de Luanda (FICLuanda 2009), o Ciclo de Cinema de Animação, enquadrado no 6º Festival Banda

Desenhada e Animação "Luanda Cartoon 2009", o Festival Internacional de Teatro de Luanda e o Ciclo de Arte e Cinema *entre Partidas e Chegadas*, promovido pelo próprio IC.

Acolheu ainda, entre vários lançamentos, a apresentação do livro *Novos Poemas de Amor* do escritor angolano João Melo.

Para 2010 e no que diz respeito as artes plásticas, o CCP/IC vai «alternar entre Portugal e Angola» e manter eventos que têm uma periodicidade anual, como é o caso do Festival de Banda Desenhada e o *World Press Photo*. «A nossa estratégia será de manter a regularidade e diversidade nas actividades que apresentamos, incrementar as parcerias com as instituições públicas e privadas e continuar a prestar um serviço que seja também o reflexo das intensas e profundas relações entre Portugal e Angola».

Obras fundamentais



Criado em 1996, o Centro Cultural Português/ Instituto Camões (CCP/IC) de Luanda está instalado no edifício da Embaixada de Portugal, tendo sido objecto, há cerca de três anos, de uma remodelação às suas instalações e equipamento.

«As obras foram fundamentais, porque assim conseguimos oferecer um bom nível de conforto aos nossos visitantes e conseguimos cumprir os padrões internacionais que são frequentemente exigidos para a realização de determinadas exposições», afirma João Pignatelli, director do CCP/IC. «Em muitos casos, as instituições ou os colecionadores particulares só disponibilizam obras de

arte quando sabem que estes requisitos internacionalmente aceites estão cumpridos», acrescenta.

Entre os equipamentos do centro conta-se o auditório baptizado com o nome do escritor angolano Pepetela, galardoado com o Prémio Camões em 1997.

O auditório tem uma capacidade de 112 lugares, palco, material de som e projecção totalmente informatizado, com possibilidade de utilização de vídeo-conferência por IP. Este equipamento é regularmente utilizado para realização de palestras, conferências, ciclos de cinema e espectáculos de teatro e musicais.

O CCP/IC dispõe ainda de uma Biblioteca em Língua Portuguesa com mais 6.000 títulos, numa área de 300 m², formada por uma sala de leitura com capacidade para 100 leitores em simultâneo e um espaço multimédia, dotado de tecnologia sem fios (*wireless*), com 10 computadores. Tem uma frequência diária de cerca de 350 leitores, essencialmente estudantes do ensino médio e universitário. Possui ainda uma sala de formação equipada com material informático e de projecção, que é regularmente utilizada para sessões de formação.

Novos cursos no CVC

Meio Século de Literatura Portuguesa (1880-1930) e Patrimónios de Influência Portuguesa são as duas novidades dos cursos à distância, lançados no 2º semestre do presente ano lectivo no Centro Virtual Camões, a partir de 22 de Fevereiro. No seu conjunto, a oferta disponibilizada pela plataforma de ensino e recursos pedagógicos do Instituto Camões no 2º semestre de 2009/2010 compreende 15 cursos.

Em 2009 (ano civil) o IC fez 27 edições de 19 cursos semestrais. O ponto de partida foi 2004, quando o IC começou a trabalhar na área do ensino à distância, com a apenas um curso. Ao todo, cerca de 500 alunos frequentaram os cursos, em que trabalharam 15 coordenadores e 24 tutores. O tráfego gerado por estes alunos e docentes é de cerca de 100 mil visualizações de páginas (*pageviews*), mensalmente.

Cursos creditados com ECTS

Curso de especialização pós-graduado em Cultura Portuguesa Contemporânea (1º e 2º semestres)

Estudos Pós-Coloniais: Atlânticos Sul
Tradução e Tecnologias de Informação Linguística
Intercompreensão Linguística: Português, Espanhol, Francês
Literatura Dramática Portuguesa Contemporânea
Patrimónios de Influência Portuguesa

Cursos de Português

Portuguese for foreigners, level 1
Portuguese for foreigners, level 2
Português para estrangeiros, nível 3

Cursos creditados para formação contínua de professores

MIPL2.0 - Materiais Interactivos para Português Língua Segunda na web 2.0
Laboratório de Escrita Criativa - Nível Introdutório
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa Primeira República e Republicanismo
Meio Século de Literatura Portuguesa (1880-1930)